



PROMOÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DE MULHERES IMIGRANTES SOB A PERSPECTIVA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE¹

Letícia Helena Cossa², Gabriela dos Santos³, Eduarda Caroline Cerioli Martinello⁴,
Junir Antonio Lutinski⁵

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

² Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Estudante do Curso de Medicina da Universidade da Unochapecó. E-mail: gabriela.santos@unochapeco.edu.br

³ Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Estudante do Curso de Medicina da Universidade da Unochapecó. E-mail: leticiaossa@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: duda_eduardacerioli@outlook.com

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: junir@unochapeco.edu.br

Introdução: com a crescente globalização e o aumento dos fluxos populacionais, os sistemas de saúde em países escolhidos como destino pelos imigrantes têm sido sobrecarregados. Indistintamente, no Brasil, o quadro se reflete no Sistema Único de Saúde (SUS) e torna evidente a necessidade de adequação à nova realidade, uma vez que a Constituição Federal prevê às pessoas vindas de outros países o direito de usufruir dos serviços de saúde ofertados gratuitamente. Contudo, prever o acesso por lei não garante a efetivação desse direito, uma vez que são perceptíveis as fragilidades enfrentadas no atendimento, sobretudo pelas mulheres imigrantes, seja pela dificuldade de comunicação ou de acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Tal imperícia corrobora a permanência do direito previsto na Carta Magna somente no papel, visto que as pacientes imigrantes são expostas situações de vulnerabilidade e negligência. **Objetivos:** descrever e avaliar as fragilidades enfrentadas pelas mulheres imigrantes usuárias do Sistema Único de Saúde nos estados da Região Sul do Brasil. **Metodologia:** estrutura-se como um trabalho de campo, descritivo, transversal e quantitativo realizado entre os períodos de agosto a novembro de 2022, contemplando sete municípios dos estados de Santa Catarina e do Paraná. A amostra foi composta por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com experiência em atendimento de famílias imigrantes. Para participar da pesquisa, os ACS assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que também foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) sob parecer nº 5.584.562. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário composto por perguntas descritivas e objetivas aplicado de maneira impressa diretamente aos ACS nas UBS. Os dados foram tabulados e avaliados quanto às frequências com auxílio da plataforma digital *Excel for Windows*. Posteriormente, a análise foi realizada com auxílio do software SPSS. **Resultados:** Dentre as respostas obtidas, evidenciou-se que há vulnerabilidade relacionada à questão trabalhista das mulheres imigrante, isso porque 19,2%



dos entrevistados informaram verificar a maior ocorrência de desemprego entre as mulheres imigrantes. Além disso, o local de trabalho mais comum dessas mulheres corresponde às agroindústrias, sendo enfatizada por 9,5% dos participantes da pesquisa. Tais variáveis culminam em maior desemprego, menores rendimentos mensais e conseqüentemente, menor qualidade de vida às mulheres imigrantes, o que reflete diretamente na saúde. Ainda de acordo com a percepção dos entrevistados, 10% afirmaram que as mulheres jovens e de meia idade foram as que mais procuraram por atendimento nos serviços de saúde, no entanto, 41,3% dos ACS também indicam que a falta de compreensão do idioma é um fator limitante nos atendimentos, o que confirma a dificuldade de estabelecer uma assistência qualitativa como a Lei prevê. Para além dos indicadores externos, identificados na UBS, 6,7% das ACS relataram que as mulheres imigrantes sofrem agressão no convívio social, destacada por 3,3% dos participantes, seja por desrespeito, agressão verbal ou negligência. Dentre as mulheres imigrantes, é notório que a maioria dos atendimentos realizados às imigrantes está voltada a gestantes e puérperas, de acordo com 20,5% dos entrevistados. Ademais, mesmo considerando que há dificuldade no atendimento e consolidação da Atenção Primária à Saúde, a média atribuída (em uma escala de zero a dez) para a adequação das políticas públicas de atendimento às imigrantes foi de 7,1, enquanto a avaliação do preparo profissional para continuar o acompanhamento das imigrantes foi de 1,72. Tal discrepância evidencia um alerta acerca dos obstáculos enfrentados para concretização da inserção das imigrantes ao SUS de maneira efetiva. **Conclusões:** foi possível reconhecer indicativos da vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres imigrantes, intrínsecos à estruturação e ao funcionamento do SUS, como a dificuldade de comunicação, já que não há capacitação contínua dos ACS para adequação ao cenário migratório e questões relativas aos indicadores socioeconômicos como ambiente de trabalho, moradia e violência doméstica. Ainda, é possível observar que, mesmo considerando as políticas públicas suficientes para atender às necessidades das pacientes, as ACS atribuem uma nota muito inferior ao considerar a preparação dos profissionais para executar o atendimento, o que demonstra que os entrevistados consideram as políticas públicas mais bem estruturadas do que a capacitação dos profissionais de saúde envolvidos. **Palavras-chave:** Atendimento; Fragilidades; mulheres imigrantes; Sistema Único de Saúde. **Agradecimentos:** à Universidade Comunitária da Região de Chapecó.